



ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 433/2023

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 924, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a publicação do **Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo**, relativo ao **terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2022**, elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2022 A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS														
	jan/2022	fev/2022	mar/2022	abr/2022	mai/2022	jun/2022	jul/2022	ago/2022	set/2022	out/2022	nov/2022	dez/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) ¹	1.392.075.469,42	1.396.535.471,92	1.521.739.727,74	1.527.140.282,52	1.565.340.510,39	1.530.463.719,97	1.650.766.759,85	1.866.807.501,26	1.728.779.014,75	1.714.184.294,64	1.726.482.119,88	1.874.790.529,24	19.495.105.401,58	11.445.374,16	
Pessoal Ativo	779.989.124,52	773.930.958,46	888.867.280,17	887.636.605,74	900.637.759,26	891.911.022,59	972.123.155,67	993.115.156,72	1.004.976.254,88	1.002.852.655,41	1.009.440.723,05	1.125.430.824,15	11.230.911.520,62	3.858.977,03	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	673.256.383,87	661.393.257,09	776.383.310,08	778.650.598,34	786.727.088,76	773.016.496,80	851.763.361,09	868.805.279,11	881.818.527,74	880.289.758,12	886.345.146,26	988.215.166,12	9.806.664.373,38	3.224.486,33	
Obrigações Patronais	106.732.740,65	112.537.701,37	112.483.970,09	108.986.007,40	113.910.670,50	118.894.525,79	120.359.794,58	124.309.877,61	123.157.727,14	122.562.897,29	123.095.576,79	137.215.658,03	1.424.247.147,24	634.490,70	
Pessoal Inativo e Pensionistas	612.086.344,90	619.059.043,37	627.770.200,44	634.727.429,34	659.886.744,30	633.746.998,76	672.266.356,58	671.717.066,44	686.835.967,80	676.453.592,57	681.067.074,56	713.282.428,22	7.888.899.247,28	0,00	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	527.509.411,32	533.428.615,41	541.019.333,56	539.015.898,55	536.985.514,84	537.475.082,86	569.754.852,81	570.735.787,95	586.327.468,80	576.489.197,02	580.376.719,82	610.325.986,72	6.709.443.869,66	0,00	
Pensões	84.576.933,58	85.630.427,96	86.750.866,88	95.711.530,79	122.901.229,46	96.271.915,90	102.511.503,77	100.981.278,49	100.508.499,00	99.964.395,55	100.690.354,74	102.956.441,50	1.179.455.377,62	0,00	
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	3.545.470,09	5.102.247,13	4.776.247,44	4.816.006,83	4.805.698,62	6.377.247,60	201.975.278,10	36.966.792,07	34.878.046,66	35.974.322,27	36.077.276,87	375.294.633,68	7.586.397,13	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente													0,00		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	215.650.835,61	228.588.331,83	213.283.053,67	261.748.998,99	255.919.774,47	223.674.465,69	291.842.609,23	320.460.243,09	338.949.251,34	325.426.534,58	311.970.291,68	528.628.709,42	3.516.143.099,60	20.948,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.758.488,12	5.717.077,97	6.107.983,67	5.815.446,68	6.119.185,93	7.337.139,76	10.291.470,03	7.293.026,37	6.686.507,78	6.537.741,65	6.212.301,52	100.433.464,23	174.309.833,71	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	27.477.165,13	20.255.300,04	20.936.803,25	49.670.788,07	43.699.224,06	23.383.166,03	25.929.390,25	54.425.126,75	76.880.348,96	58.459.067,46	58.038.300,05	81.596.367,48	540.751.047,53	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.510.553,70	20.948,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ³	182.415.182,36	202.615.953,82	186.238.266,75	206.262.764,24	206.101.166,48	192.954.159,90	255.621.748,95	258.742.089,97	255.382.394,60	260.429.725,47	247.719.690,11	279.088.324,01	2.733.571.664,66	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.176.424.633,81	1.167.947.140,09	1.308.456.674,07	1.265.391.283,53	1.309.420.735,92	1.306.789.254,28	1.358.924.150,62	1.546.347.258,17	1.389.829.763,41	1.388.757.760,06	1.414.511.828,20	1.346.161.819,82	15.978.962.301,98	11.424.426,16	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL											VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											38.260.230.919,84	-			
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)											12.772.516,50	-			
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)											23.872.992,00	-			
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)											38.223.585.411,34	-			
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)											15.990.386.728,14	41,83%			
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											18.729.556.851,56	49,00%			
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											17.793.079.008,98	46,55%			
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)											16.856.601.166,40	44,10%			

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

NOTAS:

- A elaboração do demonstrativo é realizada automaticamente pelo Siconfi com base nos dados enviados para o 3º quadrimestre de 2022. No entanto, foram identificadas inconsistências na geração automática desse demonstrativo pelo Siconfi que não observou as regras constantes no Mapeamento do RGF integrante da parte IV dos anexos da 12ª edição do MDF. Havendo também os ajustes relativos as informações gerenciais não mapeadas, sendo assim foram editados os seguintes campos:
 - Na linha Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis na coluna do mês de dezembro foi deduzido o valor de R\$ 59.080.411,69 relativo à Receita de Pessoal Cedido, contabilizado na conta contábil 8.2.4.1.3.01 - Receita de Pessoal Cedido - do exercício, em conformidade com as orientações do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
 - Na linha Aposentadorias, Reserva e Reforma os valores gerados automaticamente não correspondem aos valores do ente. Os valores gerados correspondem apenas aos valores liquidados fora do PO RPPS. Dessa forma, ajustou-se os valores - inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi. Além disso, são incluídas as despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) em conformidade com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000 - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
 - Na linha Pensões os valores gerados automaticamente não correspondem aos valores do ente. Os valores gerados referem-se apenas aos valores liquidados fora do PO RPPS. Dessa forma, ajustou-se os valores observando o disposto na nota 2 - Inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi.
 - Na linha Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária somou-se os valores das despesas com os Serventuários de Justiça, conforme explicado na nota 1.b - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
 - Na linha Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi não considerou as despesas executadas pela unidade administrativa do RPPS/SC (UG 470022) na fonte 0.250, pois em Santa Catarina não há detalhamento para a fonte de recurso previdenciária destinada à Taxa de Administração. Dessa forma, ajustou-se os valores - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
 - Na linha Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração o Siconfi gerou equivocadamente valores das despesas executadas nos meses do 3º quadrimestre, quando o correto era apresentar o valor total das despesas executadas no exercício na coluna do mês de dezembro. Dessa forma, ajustou-se os valores - Inconsistência na geração automática dos valores pelo Siconfi.
 - As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022 - Informação gerencial sem mapeamento no Siconfi.
- Conforme orientação do MDF, as despesas com pessoal relativas ao pagamento dos pensionistas dos demais Poderes e órgãos com poder de autogoverno executadas e pagas na unidade gestora do RPPS/SC foram desconsideradas neste demonstrativo do Poder Executivo. As despesas são identificadas pelas subações: 009659 Pensões - TCE - Fundo Financeiro; 009660 Pensões - TJ - Fundo Financeiro; 009661 Pensões - MPSC - Fundo Financeiro; 009662 Pensões - ALESC - Fundo Financeiro; 014791 Pensão - IPALESC - Fundo Financeiro.
- Na arrecadação do imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.973.722.924,79	22.252.062.775,98	21.985.644.013,62	22.326.592.495,72
Dívida Mobiliária	0,00			
Dívida Contratual	20.289.682.170,21	19.755.340.881,65	19.552.933.877,09	19.348.137.930,21
Empréstimos	9.731.204.843,42	9.056.823.523,38	8.697.576.445,45	8.184.144.319,20
Internos	7.023.439.798,57	6.737.959.222,66	6.598.185.722,31	6.438.157.120,06
Externos	2.707.765.044,85	2.318.864.300,72	2.099.390.723,14	1.745.987.199,14
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	9.885.703.421,53	9.976.230.790,26	10.178.632.895,48	10.402.062.800,27
Financiamentos	17.654.509,01	11.022.516,90	8.370.431,48	6.294.935,49
Internos	17.654.509,01	11.022.516,90	8.370.431,48	6.294.935,49
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	608.462.825,22	681.573.505,88	655.629.585,25	645.661.527,25
De Tributos	103.862.825,03	175.449.685,54	156.502.908,41	365.803.670,89
De Contribuições Previdenciárias	282.885.104,22	281.251.602,50	280.506.384,84	279.857.856,36
De Demais Contribuições Sociais	221.714.895,97	224.872.217,84	218.620.292,00	
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	46.656.571,03	29.690.545,23	12.724.519,43	109.974.348,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	2.635.865.876,90	2.451.244.528,74	2.395.747.758,66	2.948.310.744,05
Outras Dívidas	48.174.877,68	45.477.365,59	36.962.377,87	30.143.821,46
DEDUÇÕES (II)	6.492.802.220,00	9.333.323.976,43	8.508.543.546,69	6.089.818.545,58
Disponibilidade de Caixa	6.241.461.432,67	8.983.986.616,90	8.005.874.818,50	5.692.888.331,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.628.676.418,59	16.195.746.461,19	15.315.038.973,07	13.397.415.307,69
(-) Restos a Pagar Processados	387.214.985,92	25.363.960,40	5.639.575,13	290.954.491,67
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	7.186.395.883,89	7.303.524.579,44	7.413.572.484,83
Demais Haveres Financeiros	251.340.787,33	349.337.359,53	502.668.728,19	396.930.214,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	16.480.920.704,79	12.918.738.799,55	13.477.100.466,93	16.236.773.950,14
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	36.275.641.495,57	38.260.230.919,84
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	11.237.426,00	12.538.644,00	23.841.573,32	12.772.516,50
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	31.039.534.035,09	34.254.395.018,09	36.251.799.922,25	38.247.458.403,34
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	74,01	64,96	60,65	58,37

% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	53,09	37,71	37,18	42,45
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	62.079.068.070,18	68.508.790.036,18	72.503.599.844,50	76.494.916.806,68
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	55.871.161.263,16	61.657.911.032,56	65.253.239.860,05	68.845.425.126,01
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC) ²				
Passivo Atuarial	87.324.075.230,01	87.324.075.230,01	87.324.075.230,01	113.386.783.364,38
RP Não Processados	1.381.410.655,75	-	0,00	1.666.042.116,46
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO		-	-	-
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais	772.408.662,45	772.408.662,45	772.408.662,45	772.408.662,45

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os campos descritos a seguir. As contas contábeis apresentadas são do Plano de Contas Estadual.

a) Na linha De Tributos foi incluída a dívida do Estado com os Municípios e com o Fundeb, Lei 17.053/2016. A dívida está registrada nas contas contábeis 2.1.5.2.5 e 2.2.5.2.5 - Transferências Legais a Pagar - Inter OFSS - Município. Estas contas ainda não foram incluídas pela STN no mapeamento.

b) Na linha Demais Dívidas Contratuais foi considerada apenas a dívida registrada na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro, pois as demais dívidas registradas nas contas mapeadas não são abrangidas pelo conceito de Dívida Consolidada.

c) Na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos foram considerados os precatórios previdenciários contabilizados na Unidade Gestora 470076 - Fundo Financeiro do RPPS/SC, no valor de R\$ 198.866.100,14 (inclui precatórios INTER), pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram considerados os precatórios registrados nas conta contábeis INTER, no valor R\$ 223.024.456,32, contas estas não previstas pela STN no mapeamento.

d) Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R\$ 256.872,19, relativo aos valores contabilizados nas contas contábeis 1.1.1.1.1.03.00.00 Bancos Conta Movimento - Demais Contas e 1.1.1.1.1.04.00.00 Rede Bancária - Arrecadação nas unidades gestoras do RPPS/SC.

e) A linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados foi ajustada para o valor correto segundo o mapeamento STN. O valor gerado automaticamente pelo SICONFI estava incorreto, visto que apresentou apenas os valores do RPPS/SC quando o correto é apresentar os valores do Consolidado exceto RPPS.

f) Na linha Apropriação de Depósitos Judiciais foi incluído o valor contabilizado na conta contábil 2.2.8.9.1.01.10.00 =Depósitos Judiciais de Terceiros - EC nº 94/2016. Não há mapeamento da STN para esta linha.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III) ¹	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	1.636.272.798,40	1.599.336.022,45
Em Operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	1.451.578.945,28	1.416.331.688,77
Em Operações de Crédito Internas	185.877.740,56	184.694.508,57	184.693.853,12	183.004.333,68
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	1.682.763.838,88	1.580.299.703,26	1.636.272.798,40	1.599.336.022,45
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	31.050.771.461,09	34.266.933.662,09	36.275.641.495,57	38.260.230.919,84
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (VII)	11.237.426,00	12.538.644,00	23.841.573,32	12.772.516,50
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	31.039.534.035,09	34.254.395.018,09	36.251.799.922,25	38.247.458.403,34
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	5,42%	4,61%	4,51%	4,18%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (22%)	6.828.697.487,72	7.535.966.903,98	7.975.395.982,89	8.414.440.848,73
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (19,80%)	6.145.827.738,95	6.782.370.213,58	7.177.856.384,605	7.572.996.763,86
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2022		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	1.737.697.592,54	1.702.450.336,03
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.496.886.098,32	1.395.605.194,69	1.451.578.945,28	1.416.331.688,77
Em Garantia às operações de Crédito Internas	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26	286.118.647,26
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	1.783.004.745,58	1.681.723.841,95	1.737.697.592,54	1.702.450.336,03
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. O valor das garantias concedidas foram atualizados com base nas amortizações feitas, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais.
O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 18 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 250.440.138,90 referente a 14 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 51.561.954,45 referente a 4 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.
Assinou, também, um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de € 99.756.455,08 , destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Além disso, o Estado assinou um contrato de garantia com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e um contrato de contragarantia com a Celesc Distribuição em decorrência do contrato de financiamento entre o BID e a CELESC, no valor de U\$ 276.051.000,00, destinado ao financiamento de obras múltiplas para garantir a eficiência dos serviços prestados pela CELESC.

2. O Mapeamento da STN para este demonstrativo não está completo. Desta forma, o SICONFI não gerou valores para as garantias concedidas e contragarantias recebidas das Entidades Controladas.

3. As Informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2022
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	10.515.000,00	38.890.047,34
Interna	10.515.000,00	38.890.047,34
Empréstimos	10.515.000,00	38.890.047,34
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação* (II)	-	-
TOTAL (III)	10.515.000,00	38.890.047,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	38.260.230.919,84	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§1, art. 166-A da CF) (V)	12.772.516,50	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	38.247.458.403,34	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	38.890.047,34	0,10%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	6.119.593.344,53	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (90%)	5.507.634.010,08	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.677.322.088,23	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	809.758,38	13.719.582,56
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	809.758,38	13.719.582,56
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas:

- De acordo com o Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em <conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip>, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.
- O Mapeamento da STN para o quadro Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada utiliza o PCASP estendido, o que não é de observância obrigatória para Estados e Municípios. Desta forma, editou-se os valores gerados automaticamente pelo SICONFI, conforme saldo da conta contábil 8.9.9.6.1.08.xx - Outros Controles da Dívida - Adesão Novos Parcelamentos no Exercício.
- As informações da Receita Corrente Líquida e Receita Corrente Líquida Ajustada geradas automaticamente pelo Siconfi foram editadas conforme os valores apurados no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, anexo 3 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária do 6º bimestre de 2022.
- Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.194.616.755,30	648.217,02	101.814.525,42	0,00	38.683.907,32		1.053.470.105,54	482.829.178,00		570.640.927,54
Recursos Não Vinculados de Impostos	411.297.180,16	631.822,02	35.605.238,38		36.369.259,20		338.690.860,56	269.973.548,75		68.717.311,81
Outros Recursos não Vinculados	783.319.575,14	16.395,00	66.209.287,04		2.314.648,12		714.779.244,98	212.855.629,25		501.923.615,73
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.982.317.150,88	2.311.633,56	213.158.085,61	0,00	387.329.288,27		2.379.518.143,44	970.336.734,27		1.409.181.409,17
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	133.426.494,75	0,00	11.426.440,14		2.690.611,83		119.309.442,78	113.191.051,87		6.118.390,91
Transferências do FUNDEB	131.041.576,43	-0,00	24.439.644,53		25.688.110,57		80.913.821,33	58.174.769,01		22.739.052,32
Outros Recursos Vinculados à Educação	520.946.393,83	0,00	6.134.922,68		2.125.145,12		512.686.326,03	144.731.117,12		367.955.208,91
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	420.307.066,55	2.275.454,00	146.749.599,06		41.603.598,26		229.678.415,23	332.835.956,70		-103.157.541,47
Outros Recursos Vinculados à Saúde	346.779.621,94	-0,00	2.889.375,74		34.570,41		343.855.675,79	129.184.963,67		214.670.712,12
Recursos Vinculados à Assistência Social	4.739.369,68	25.204,08	-0,00		0,00		4.714.165,60	297.222,85		4.416.942,75
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário) ²	336.853,29	-0,00	-0,00		82.139.492,14		-81.802.638,85	202.192,53		-82.004.831,38
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00	0,00		0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	250.014,20		175.154,03		198.309,05		-123.448,88	14.965.090,91		-15.088.539,79
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	147.919.049,81	8.915,91	0,00		24.984,87		147.885.149,03	30.456.023,53		117.429.125,50
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	27.088.772,26	0,00	-0,00		0,00		27.088.772,26	2.831.228,11		24.257.544,15
Recursos Extraorçamentários	217.933.108,80	0,00			217.933.108,80		0,00	0,00		0,00
Outros Recursos Vinculados	1.031.548.829,34	2.059,57	21.342.949,43		14.891.357,22		995.312.463,12	143.467.117,97		851.845.345,15
TOTAL (III) = (I + II)	4.176.933.906,18	2.959.850,58	314.972.611,03	0,00	426.013.195,59	0,00	3.432.988.248,98	1.453.165.912,27	0,00	1.979.822.336,71

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas:

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi combinado com a orientação da Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 001/2023, da Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais. Assim, considerando as informações gerenciais não abrangidas pelo Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

a) O mapeamento da coluna Disponibilidade de Caixa Bruta pressupõe o detalhamento das contas de banco por fonte de recursos, o que não ocorre em Santa Catarina. Para identificação dos valores contabilizados na conta 1.1.1.1.1.00.00.00 Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional - Consolidação foram utilizadas as contas de controle da disponibilidade (8.2.1.9.2.xx). O valor da coluna Disponibilidade de Caixa Bruta não considera o valor de R\$ 267.409,65, referente ao Limite de Saque da Defensoria Pública do Estado (UG 150001), depositado na Conta Única do Tesouro Estadual, bem como o valor de R\$ 732.322.146,84, contabilizado na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo das Unidades Gestoras do RPPS/SC.

b) Na coluna Demais Obrigações Financeiras, linha Recursos Extraordinários foram feitos os seguintes ajustes: b.1) Deduzido o valor de R\$ 267.429,35 relativo ao Depósito de Diversas Origens do RPPS/SC, contabilizado na conta 2.1.8.8.1.04.00.00 Depósitos não Judiciais, pois a contrapartida financeira está registrada na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo; b.2) Somado o valor de R\$ 6.508,24 relativo aos Valores em Trânsito Exigíveis, contabilizado na conta contábil 2.1.8.9.1.19.00.00; e b.3) Somado o valor de R\$ 30.143.821,46 relativo às Despesas sem Execução Orçamentárias, contabilizadas na conta contábil 8.6.3.2.1.00.00.00 Controles de Obrigações sem Autorização Orçamentária para Fins da LRF, prevista no mapeamento da STN, mas não gerado automaticamente no demonstrativo.

c) Na coluna De Exercício Anteriores (b) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: c.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 4.67973 e somado o valor de R\$ 631.822,02 relativo à Descentralizações do Poder Executivo ao Tribunal de Justiça.

d) Na coluna Do Exercício (c) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: c.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 150.741,96 relativo à Descentralizações do Ministério Público e somado o valor de R\$ 194.620,26 relativo à Descentralizações do Poder Executivo ao Tribunal de Justiça e c.2) Na linha Outros Recursos Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 17.980,02 relativo à Descentralizações do Tribunal de Justiça.

e) Na coluna Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados do Exercício (h) foram ajustados os valores dos restos a pagar oriundos de Descentralizações de Créditos em conformidade com o cálculo do Superavit Financeiro e NTPC nº 001/2023, conforme segue: d.1) Na linha Recursos Não Vinculados de Impostos foi deduzido o valor de R\$ 403.086,07 relativo à Descentralizações do Ministério Público (R\$ 401.651,90) e Defensoria Pública (R\$ 1.434,18); c.2) Na linha Outros Recursos Não Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 4.211.000,00 relativo à Descentralizações do Ministério Público; e c.3) Na linha Outros Recursos Vinculados foi deduzido o valor de R\$ 535.879,72 relativo à Descentralizações do Tribunal de Justiça.

2. A disponibilidade de Caixa Líquida dos Recursos Não Vinculados de Impostos no valor de R\$ 68.717.311,81, pode, segundo orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 12ª ed., página 636, ser utilizada para cobrir as insuficiências apresentadas nas linhas Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde e Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário).

a) Ajustou-se os valores da Disponibilidade de Caixa Bruta das linhas Recursos Não Vinculados de Impostos e Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde, deduzindo na primeira linha e somando-se na segunda o valor de R\$ 387.219.890,51, referente a disponibilidade de caixa da Saúde depositada na Conta Única do Tesouro Estadual.

b) Do total negativo da Disponibilidade de Caixa Líquida para a linha Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), R\$ 49.821.454,59 refere-se a passivos da fonte 0100 - Recursos do Tesouro sem repasse financeiro em 2022, e R\$ 32.520.230,08 refere-se a passivos das fontes do RPPS/SC, cujos recursos estão aplicados e contabilizados na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 701.055.729,41.

c) O valor negativo da Disponibilidade de Caixa Líquida para a linha Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração está coberto pelas aplicações financeiras da Taxa de Administração contabilizados na conta contábil 1.1.4 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo no valor de R\$ 31.266.417,43.

d) A Disponibilidade de Caixa Bruta de Recursos Não Vinculados de Impostos da Defensoria Pública do Estado é recolhida ao Tesouro do Estado no encerramento do exercício financeiro, conforme Decreto nº 2.236, de 27 de outubro de 2022. O total de obrigações financeiras da Defensoria Pública na fonte de recursos e impostos é de R\$ 1.189.378,28.

3. Para fins de apuração do mínimo constitucional de Saúde (anexo 12 do RREO 6º bimestre/2022), foi desconsiderado o valor de R\$ 109.956.139,15 relativo aos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados (fonte 0100 - Recursos de Impostos). O valor dos Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados da linha Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde contém despesas empenhadas na fonte de superavit (fonte 0300 - Recursos de Impostos).

4. Na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de 2022, que compõem o cálculo da Receita Líquida Disponível (RCL), estão incluídos os valores com recolhimento postergados em 2021, conforme estabelecido do Decreto Estadual nº 1.528, de 22 de outubro de 2021.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

Ente: 42 - Santa Catarina
 Poder: E - Executivo
 Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
 Exercício: 2022
 Periodicidade: QUADRIMESTRAL
 Período: 3º quadrimestre

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	38.260.230.919,84	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	38.247.458.403,34	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	38.223.585.411,34	

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	15.990.386.728,14	41,83
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	18.729.556.851,56	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	17.793.079.008,98	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.856.601.166,40	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	16.236.773.950,14	42,45
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	76.494.916.806,68	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias	1.599.336.022,45	4,18
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.414.440.848,73	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	38.890.047,34	0,10
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.119.593.344,53	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.677.322.088,23	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.453.165.912,27	1.979.822.336,71

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 24/01/2023. Assinado Digitalmente.

JORGINHO DOS SANTOS MELLO
 GOVERNADOR DO ESTADO

CLEVERSON SIEWERT
 SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CÍCERO ALESSANDRO T. BARBOSA
 CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO